

ATA NÚMERO 113/XII/2ª SL

26.fevereiro.2013 – 15h00

Aos 26 dias do mês de fevereiro de 2013, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 5, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de atas

3. Comunicações do Presidente

**4. Audiência à Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação-
CNIPE – 15h00**

**5. Audição do Professor Doutor Manuel Cancela de Abreu – Administrador da PCTA –
Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo – 16h00**

6. Conta Geral do Estado de 2011

- **Apreciação e votação do Parecer**
- **Autor do parecer:** Deputado Michael Seufert – PSD

**7. Projeto de Resolução n.º 602/XII/2ª – BE, que Recomenda ao Governo a sustentabilidade do
projeto "Orquestras Geração"**

- **Discussão em Comissão**

**8. Petição n.º 241/XII/2ª da iniciativa de Luis Pereira de Quintanilha e Mendonça Dias Torres
Magalhães, que solicitam a não integração da Fundação para a Computação Científica
Nacional (FCC) na Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP (FCT)**

- **Apreciação da nota de admissibilidade**

9. Outros assuntos

10. Data da próxima reunião

Dia 27.fevereiro.2013 - 10h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

Os deputados do PSD e do CDS-PP informaram que entregaram um Projeto de Resolução sobre o projeto "Orquestras Geração" e não havendo oposição do deputado Luís Fazenda (BE), foi

deliberado adiar a discussão do Projeto do BE (ponto 7), para a próxima semana, para se fazer a discussão das duas iniciativas em simultâneo.

Com esta alteração, a proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE e PEV.

2. Aprovação de atas

As atas das reuniões anteriores foram aprovadas por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE e PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Presidente informou que baixaram à Comissão, para apreciação na especialidade, as propostas de alteração apresentadas pelo PCP (em número de 3), no âmbito da **Apreciação Parlamentar n.º 44/XII (PCP)**, *Decreto-Lei n.º 7/2013, de 17 de janeiro, "Estabelece um regime excecional para a seleção e o recrutamento do pessoal docente dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário na dependência do Ministério da Educação e Ciência"*.

Tendo-se equacionado qual a tramitação a adotar, deliberou-se pedir parecer às entidades do setor sobre as referidas propostas, pelo prazo de 2 semanas, sendo posteriormente fixado o prazo para apresentação de propostas de alteração pelos vários Grupos Parlamentares e a data da discussão e votação de todas as propostas.

3.2. Indicou depois que baixou à Comissão, em 19 de fevereiro, o **Projeto de Lei n.º 358/XII, do BE**, *Estabelece a amnistia pelo incumprimento de pagamento de propinas universitárias por comprovada carência económica e introduz a isenção total de propinas no ano letivo de 2013/2014*, que terá discussão no Plenário em 1 de março. Nesta sequência, foi consensualizado comunicar à PAR que a Comissão não elaborará parecer, por manifesta falta de tempo.

3.3. O Presidente informou que o Café de Ciência terá lugar no dia 17 de abril, com o tema "Ciências do Espaço, oportunidades na Terra", conforme nota de enquadramento distribuída.

3.4. O Presidente da Comissão deu conta de que foi recebido do gabinete da PAR, para emissão de parecer, uma comunicação do Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical da Universidade Nova, em que se solicita a transladação de Marcos Portugal, músico, para o Panteão Nacional, informando que se celebraram em 2012 os 250 anos do nascimento do mesmo, terminando o ano comemorativo em março de 2013.

Informou ainda que a última transladação efetuada foi a de Aquilino Ribeiro, que teve lugar em 2008 e custou 46 491,00€. Salientou depois que a despesa da pretendida transladação não está prevista no Orçamento da Assembleia da República (AR) e a transladação terá de ser aprovada por Resolução do Parlamento. Lembrou também a sessão comemorativa recente respeitante a Passos Manuel (em que também se pedia a transladação), com um programa cultural na AR, equacionando a hipótese de se ponderar uma solução idêntica para este caso, ouvindo o Centro de Estudos, incluindo os subscritores do pedido, em que se incluem vários músicos e maestros.

Na sequência das intervenções de vários deputados, foi consensualizado transmitir à PAR que se considera que a figura em causa merece a melhor atenção: Marcos Portugal, nascido em Lisboa em 24 de Março de 1762 e falecido no Rio de Janeiro 17 de Fevereiro de 1830, é uma enorme referência da História da música portuguesa e luso-brasileira, como compositor

e organista de grande renome, tendo conhecido uma projecção ímpar na Europa do seu tempo e deixando um vastíssimo legado nomeadamente em composições de ópera e de música sacra. Não obstante, atenta a situação económica do país, os encargos que uma transladação envolve e o curto lapso de tempo disponível (dado que o ano comemorativo termina em março de 2013), se deixa a matéria para sua ponderação urgente e da Conferência de Líderes, sendo que as transladações são determinadas por Resolução da AR. Indicar-se-á ainda, a hipótese alternativa de realização na AR de uma cerimónia evocativa, com formato a definir pela Conferência de Líderes.

- 3.5. Por último, foi informado que os órgãos da Escola Secundária de Camões solicitaram uma audiência para exporem a situação das obras de recuperação do edifício, devendo a mesma ser efetuada por um deputado do PS, como deputado-piloto, em reunião aberta a todos os deputados. O Presidente da Comissão sugeriu ainda uma visita à escola.

4. Audiência à Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação- CNIPE – 15h00

A Presidente da CNIPE, Maria José Viseu, iniciou a intervenção referindo que vai tratar três assuntos de fulcral importância, a saber: ensino especial (informando que vão falar duas mães, que no dia a dia vivem os problemas do ensino especial), mega-agrupamentos e exames nacionais.

De seguida, referiu que saíram os resultados dos testes intermédios e são preocupantes, defendendo que há uma relação de causa-efeito com os mega-agrupamentos, o aumento do número de alunos por turma, a diminuição do número de auxiliares e a necessidade de reestruturação das equipas dos serviços de psicologia e orientação, defendendo que os mesmos não estão a dar resposta suficiente.

Questionou depois para que servem os exames, salientando que é dada uma relevância excessiva à avaliação sumativa externa e que no caso do 1.º ciclo, os exames são em maio, antes do ano terminar. Realçou ainda que os critérios de correção não são conhecidos de toda a gente, havendo diferenças entre os que estão publicados e aqueles que são aplicados.

Por último, congratulou-se com a resolução da questão dos exames dos alunos do ensino profissional, embora tenha realçado que a mesma teve lugar no final do prazo para inscrição nos exames.

Intervieram depois as mães de dois alunos com necessidades educativas especiais, referindo que há mais exclusão nas escolas do que inclusão, realçando que os professores necessitam de formação longa e de muita experiência e que isso deve ser levado em conta na sua classificação e ordenação nos concursos. Mencionaram que os professores do ensino regular recusam os alunos com necessidades educativas especiais nas respetivas turmas e manifestaram grande preocupação com o ensino secundário em relação a estes alunos, referindo que os professores não sabem o que fazer com os alunos deste nível de ensino.

Interveio depois a deputada Margarida Almeida (PSD), que manifestou o maior respeito pelas encarregadas de educação, concordou com a importância da formação e referiu que no concurso de vinculação foi relevado o tempo de especialização destes docentes, para além do ano de formação. Fez ainda referência à [Portaria 275-A/2012, de 11 de setembro](#), que “*regula o ensino de alunos com currículo específico individual (CEI), em processo de transição para a vida pós –*

escolar”, informando que o Grupo de Trabalho do Ensino Especial está a fazer o levantamento das dificuldades de aplicação da mesma, para ponderar eventuais alterações.

A deputada Isilda Aguincha (PSD) manifestou preocupação com os resultados dos testes intermédios e defendeu a sua importância para se aferir o sistema. Em relação aos mega-agrupamentos, indicou que permitem melhor gestão e racionalidade e salientou que as escolas agrupadas mantêm a individualidade das unidades. Realçou ainda que o trabalho dos serviços de psicologia e orientação inclui a articulação com outras entidades, incluindo autarquias.

O deputado Acácio Pinto (PS) manifestou grande preocupação com as questões colocadas e referiu que os relatórios do FMI são preocupantes e propõem cortes que agravarão a situação. Salientou que atualmente os mega-agrupamentos têm uma dimensão incomensurável, que não permite um trabalho adequado. Em relação ao ensino especial, defendeu que os alunos que transitam para o ensino secundário estão numa situação de potencial exclusão e que a Portaria acima referida é preocupante, realçando a falta de apoio diversificado aos alunos.

Defendeu ainda que as alterações em relação aos exames para o ensino artístico e profissional não são suficientes, que a introdução de exames no 4.º ano e antes do fim do ano é de duvidoso mérito e salientou que os testes intermédios tiveram redução de notas em relação aos de 2009.

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu que há ensino orientado à avaliação e concordou com os exames, considerando aceitável o seu peso percentual na avaliação final do aluno. Em relação aos novos agrupamentos, indicou que em princípio têm até 3.000 alunos. Salientou que o número de alunos por turma está abaixo da média da OCDE e referiu estudos que entendem que dentro duma banda, o aumento do seu número não baixa os resultados e, em contrapartida, a sua diminuição não os melhora.

Realçou que os psicólogos, este ano, foram colocados no 1.º e no 2.º mês de aulas. Em relação ao ensino especial, entende que se verificaram algumas melhorias e equacionou a hipótese de o Grupo de Trabalho do Ensino Especial ouvir a CNIPE e as mães.

O deputado Miguel Tiago (PCP) indicou que o seu Grupo Parlamentar discorda da criação de mega-agrupamentos e já pediu a suspensão desse processo, defendendo que a diminuição dos meios gera menor qualidade do ensino, referindo que origina uma gestão impessoal, com dificuldades de reunir todos os professores e alunos. Salientou que o Ministério da Educação e Ciência num ano perdeu cerca de 14.000 professores e 15.000 pessoas no total.

Realçou o número de psicólogos e a degradação das condições do ensino especial. Referiu que a avaliação sumativa deve existir, mas não ser preponderante e que os exames não podem ser iguais para todos os alunos e escolas, realçando que estes têm meios diferentes.

O deputado Luís Fazenda (BE), no que respeita ao ensino especial, defendeu que se verifica uma discriminação efetiva, que infringe os direitos fundamentais e que pode ser levado ao Tribunal dos Direitos Humanos, salientando que os ganhos economicistas não compensam os malefícios verificados. Referiu ainda que até 1.500 alunos talvez os mega-agrupamentos sejam aceitáveis, salientando também que aceitam os exames, embora sem proliferação e com diferenciação.

A deputada Heloísa Apolónia (Verdes) salientou que os mega-agrupamentos são uma consequência de imposições exteriores e referiu que discorda da indicação do Ministro de

Educação e Ciência de que o investimento feito no ensino não é proporcional à sua qualidade. Defendeu ainda que o aumento do número de alunos por turma gera acréscimo de insegurança e menor qualidade do ensino.

Intervieram depois as mães dos dois alunos com necessidades educativas especiais que solicitaram sensibilidade para a inclusão, evidenciando a necessidade de capacitação da comunidade. Chamaram ainda a atenção para o facto de os alunos em geral, em grande parte, estarem a ser mais formatados do que informados e para a necessidade de se pensar o que faz aprender e o que se aprende.

Por último, a Presidente da CNIPE referiu o facto de os alunos que faltam à 1.^a chamada dos exames e vão à 2.^a, não poderem concorrer à 1.^a fase das candidaturas ao ensino superior, entendendo que não deviam ter essa limitação. Referiu depois que os mega-agrupamentos têm menos recursos e menor hipótese de sucesso educativo, que o número de alunos por turma é preocupante e informou que há turmas com mais de 30 alunos, tendo o professor dificuldades de gerir as turmas.

A documentação da reunião e a respetiva gravação estão disponíveis na [página da Comissão, na internet](#).

5. Audição do Professor Doutor Manuel Cancela de Abreu – Administrador da PCTA – Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo – 16h00

O Presidente do Conselho de Administração, Manuel Cancela de Abreu, fez o enquadramento do Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo (PCTA), referindo que integra a Universidade de Évora, que é a sócia maioritária e vários institutos politécnicos, de Beja, Portalegre e Santarém, incluindo 23 parceiros e 5 incubadoras de empresas.

Salientou que o PCTA pretende ser uma infra-estrutura de excelência e inovadora, que irá actuar como elemento aglutinador, visando estimular a transferência de conhecimento para a sociedade e os utilizadores, sendo o representante da transferência tecnológica e da rede de ciência e tecnologia da Região do Alentejo, a infraestrutura *pivot* do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia (SRTT) e um elemento chave na interface com as restantes entidades da Rede de Ciência e Tecnologia do Alentejo (RCTA).

Referiu que o Parque foi organizado antes da candidatura ao QREN e as várias entidades parceiras apresentaram candidaturas individuais, mas articuladas, tendo obtido um financiamento de cerca de 7.500.000€. O projeto de todos os parceiros ascende a 30.000.000€ e ficou em 15.000.000€ nesta fase.

Realçou que o projeto tem uma componente imobiliária pequena (um terreno com 2,5 hectares) e a construção dos laboratórios será incluída na candidatura ao QREN na 2.^a fase. Informou que neste momento estão a lançar os concursos para iniciarem a construção.

Indicou que já têm 3 empresas em incubação virtual no Parque e outras aguardam a instalação física no mesmo. Salientou que o Alentejo tem boas condições, nomeadamente banda larga e não é muito longe de Lisboa e do aeroporto. Referiu que terão as seguintes áreas de especialização: energias (particularmente renováveis), mecatrónica (salientou que a Universidade de Évora tem o único curso do país), TIC, agro-alimentar, materiais (nomeadamente rochas ornamentais e pirites)

e biotecnologia (particularmente indústrias alimentares). Referiu ainda que defendem empresas com preocupações ambientais e sustentabilidade e já celebraram acordos com a Microsoft e várias outras entidades.

Interveio depois a deputada Elza Pais (PS), que referiu a importância da tecnologia ao serviço da região, do investimento em ciência fundamental para o desenvolvimento do país, das parcerias com as universidades, autarquias e empresas para o desenvolvimento e da dinamização do incentivo a estes projetos. Questionou depois qual é a previsão de criação de empregos, diretos e indiretos e da internacionalização do projeto e as parcerias já estabelecidas para este efeito.

A deputada Maria José Castelo Branco (PSD) salientou a importância do projeto no âmbito do combate à crise e à desertificação. Questionou depois que resultados terá em termos de emprego e captação de gente para a região e quais as áreas prioritárias para a mesma.

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) evidenciou a necessidade de se dar continuidade ao projeto e de as áreas de intervenção se interligarem com as necessidades da região. No que respeita à incubadora, questionou que serviços prestam/oferecem, para além de fornecerem espaço no Parque.

O deputado Miguel Tiago (PCP) saudou a iniciativa e referiu que o Estado falhou no apoio a nível central. Referiu depois que não tem, nomeadamente, uma plataforma de ligação das universidades, Laboratórios do Estado, etc e questionou qual o apoio e papel das estruturas do Estado na relação com o Parque, nomeadamente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA).

Os responsáveis do Parque informaram que o projeto é financiado pelo QREN, através da CCDRA, a nível de desenvolvimento regional e ciência e tecnologia. Salientou que muitas autarquias da região fazem parte do sistema e que já têm parcerias com muitas empresas, para além de irem utilizar as parcerias da universidade e dos institutos politécnicos com as empresas. Informou que até hoje foram criados 8 postos de trabalho nas 3 empresas da incubadora e que esperam um efeito multiplicador.

Quanto à internacionalização, já pertencem à Associação Internacional de Parques e estão a desenvolver várias parcerias internacionais nas áreas a desenvolver, tendo dado como exemplo a ligação com o Parque de Tecnologia de Badajoz. Salientou que a população da região tem pouca formação tecnológica, havendo recrutamentos fora da região, fazendo-se uma aposta forte na atratividade.

Realçou a aposta forte nas áreas agro-alimentares, com novos métodos de produção e novas produções e as apostas nas energias renováveis, bio-energia e energia solar, mecatrónica e a ligação a empresas da área, áreas de TIC, interoperabilidade e compatibilidade de software.

Informou que a nível da incubadora prestam serviços de consultadoria, nomeadamente a nível jurídico, administrativo e de contabilidade, para registo de patentes, interface com outras entidades, marketing, etc. Realçou o apoio fundamental que têm recebido da CCDRA e dos dois Governos. Por último, disse esperar que o novo enquadramento comunitário estabeleça um bom apoio para os projetos de base tecnológica e informou que as transferências de verbas do QREN têm sido rápidas, aguardando que continuem assim.

A documentação da reunião e a respetiva gravação estão disponíveis [na página da Comissão, na internet](#).

6. **Conta Geral do Estado de 2011**

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) fez a apresentação do parecer, tendo o mesmo sido depois aprovado por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS e CDS-PP, registando-se a ausência dos deputados do PCP, do BE e do PEV.

7. **Projeto de Resolução n.º 602/XII/2ª – BE**, que Recomenda ao Governo a sustentabilidade do projeto "Orquestras Geração"

A discussão deste Projeto de Resolução foi adiada para a próxima reunião, face à previsão de que baixe entretanto um Projeto conjunto do PSD e CDS-PP sobre a mesma matéria, procedendo-se depois à discussão simultânea de ambos.

8. **Petição n.º 241/XII/2ª da iniciativa** de Luis Pereira de Quintanilha e Mendonça Dias Torres Magalhães, que solicitam a não integração da Fundação para a Computação Científica Nacional (FCC) na Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP (FCT)

Na sequência da apreciação da nota de admissibilidade, foi deliberado admitir a petição e solicitar pronúncia às entidades propostas na nota e a quaisquer outras que os peticionários indiquem. A deliberação foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS e CDS-PP, registando-se a ausência dos deputados do PCP, do BE e do PEV.

O relator da petição será o deputado Miguel Tiago (PCP).

9. **Outros assuntos**

Não se registaram outros assuntos.

10. **Data da próxima reunião**

Dia 27.fevereiro.2013 - 10h00

A reunião foi encerrada às 17:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de fevereiro 2013

O PRESIDENTE

(Ribeiro e Castro)

Ata aprovada na reunião da Comissão de 5 de março de 2013.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Ana Sofia Bettencourt
Carlos Enes
Duarte Marques
Emídio Guerreiro
Heloísa Apolónia
Inês de Medeiros
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Luís Fazenda
Margarida Almeida
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rui Jorge Santos
Rui Pedro Duarte
Ana Oliveira
Elza Pais
Emília Santos
Inês Teotónio Pereira
Laurentino Dias
Maria Ester Vargas
Maria Gabriela Canavilhas
Maria Manuela Tender
Rosa Arezes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Odete João

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Maria Conceição Pereira